



**Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e
Crítica Literária da PUC-SP**

nº 29 - dezembro de 2022

<http://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2022i29p173-177>

PASINI, Leandro. *Prismas modernistas: a lógica dos grupos e o modernismo brasileiro*. São Paulo: Editora da UNIFESP, 2022, 262 p.

*Carlos Vedovato*¹

Um dos problemas de uma efeméride é transformar um processo histórico – complexo e contraditório – em um evento estanque, petrificado, a que só resta celebrar ou rejeitar. Em parte, significativamente, é o que ocorreu com o centenário da Semana de Arte Moderna, que se realizou no Theatro Municipal de São Paulo em 1922, e entrou para a história da arte brasileira (ao menos, sua versão *standard*) como marco inaugural do Modernismo no país. Isso porque raramente o acontecimento – durante as *celebrações* – foi posto em perspectiva crítica, isto é, pensado historicamente a partir de seus próprios pressupostos. De maneira curiosa, e não sem interesse, falou-se das *ausências* ao longo do evento de indígenas, negros e mulheres; da centralidade que *São Paulo* quis dar ao projeto estético-político, alçando-se à posição de centro cultural do país; do envolvimento dos modernistas de primeira hora com as *elites conservadoras* (nutrindo, de maneira curiosa, alguma aposta nas elites não conservadoras); mas não, salvo raras exceções, dos projetos em questão. Isso porque é da própria “natureza” da efeméride a fetichização, que não analisa as coisas de frente.

Talvez, o enfrentamento do problema, visto que não se trata de forma alguma de consagrar como medalhões os autores que fizeram parte daquele processo, resida sobretudo no gesto que procura encontrar as consequências mais amplas do Modernismo, deslocando o eixo do evento para a diversidade de acontecimentos que lhe

¹ Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada - São Paulo - SP - Brasil - carlos.vedovato@usp.br

são contemporâneos ou subsequentes. Salvo engano, esse é o núcleo que orienta *Prismas Modernistas: a lógica dos grupos e o modernismo brasileiro*, conjunto de oito ensaios, de Leandro Pasini, sobre os desdobramentos das vanguardas na poesia brasileira.

Do conjunto, o primeiro e o último ensaios parecem formar o centro teórico que dará base às análises feitas sobre as obras ao longo do livro. Em “Descentralização literária e a lógica dos grupos: A poesia modernista brasileira na década de 1920”, estudo que abre o volume, Pasini lança a base argumentativa que dá substrato à pesquisa que vem desenvolvendo nos últimos anos: a compreensão do modernismo no Brasil não apenas a partir de obras e autores já consagrados pela crítica, mas a partir das relações estabelecidas entre os grupos modernistas no país e fora dele.

O que interessa ao ensaísta não é o vezo enciclopédico a que importa apenas mapear um sem-número de autores e obras que não foram estudados dignamente pelos departamentos de literatura, mas, antes, as relações que se estabelecem entre esses grupos para encarar e interpretar o que se pode chamar, de forma arejada, de Modernismo Brasileiro. Para ficar com um exemplo mais conhecido, é comum a referência, nos estudos sobre o modernismo, às divergências de ângulo adotadas pelo grupo paulistano e pelo de Recife, encabeçado por Gilberto Freyre. Se a querela é muitas vezes trazida pelas posições públicas do “mestre de Apipucos”, vemos Manuel Bandeira (embora pernambucano, sempre lembrado nas celebrações como autor de “Os sapos”, poema declamado na Semana de Arte Moderna) publicando sua “Evocação do Recife” no *Livro do Nordeste*, organizado por Freyre em 1925, e ecoando através de Jorge de Lima em Maceió – cidade em que ocorreria em 1928 uma “Festa de Arte Moderna”. E a questão toda passa a aparecer menos pelas posições mais genéricas e mais pela especificidade crítica da forma literária: “Para Freyre, Bandeira demonstrava que era possível imergir na vitalidade da matéria regional pela união entre verso livre e memória, diluindo, assim, a oposição entre regionalismo e modernismo no Recife.” (p. 16).

Sobre o assim chamado de forma genérica “regionalismo”, a leitura de *Primas* nos leva a uma outra compreensão distante daquela em que se entende pelo termo a maior atenção (por vezes pitoresca) aos assuntos das localidades externas ao eixo Rio-São Paulo-Minas. Trata-se, antes, de um adensamento e notação atenta à matéria local mediada pelo verso livre. Aliás, o estudo dos grupos leva à percepção de que uma das marcas gerais do modernismo no país (o que dá às obras certa chancela modernista) é o

recurso ao verso livre, em oposição às técnicas de montagem que caracterizaram as vanguardas na Europa – muito embora seja inegável também por aqui o recurso a esse procedimento. O verso livre tornou-se, então, o programa do nosso modernismo, sobretudo pelo lugar que ocupou na militância pela incorporação da coloquialidade à estrutura do poema.

A orientação que corresponde à análise do que há de particular em cada grupo não dispensa, contudo, um sobrevoo mais abrangente, de modo que se pode notar no conjunto o que o autor chama de “língua comum poética”, que se constitui através de um processo cumulativo nas relações que se estabelecem entre os grupos. Para que se possa notar essa “língua” (a um tempo, comum e específica a cada caso), seria preciso deixar para segundo plano o estudo que se limita aos volumes publicados pelos poetas modernistas e buscar (decerto, um grande trabalho a ser feito) em arquivos, revistas, diários, correspondências etc. os textos publicados pelos autores no período, de modo que, ao “[...] descentralizar a forma livro, além do aumento expressivo do material poético disponível para leitura e pesquisa, algumas questões centrais ou recorrentes na historiografia do modernismo se desfazem ou perdem relevância [...]” (p. 36-37) – uma proposição pouco ortodoxa do crítico literário que vai ao arquivo, trabalho, em geral, legado aos historiadores. O livro plasma, segundo o argumento, um processo que, visto apenas como tal, não permite a decifração do conjunto em sua dimensão histórica. Note-se: o procedimento analítico, nesses termos, é orientado pela natureza do objeto, descartando a percepção generalizadora e apriorística em relação às obras artísticas.

No primeiro ensaio, Leandro Pasini antecipa, em parte, as questões de que tratará no último, acerca de Antonio Candido e a “teoria literária” do modernismo. Talvez possa-se dizer que a figura do crítico, seja pela teoria, seja pela posição que passeia entre a análise da fatura das obras e o conjunto de ideias que em parte lhes dá substrato, seja o grande ponto de fuga com que se trabalha em *Prismas*. Em “A mediação local: Antonio Candido e a teoria literária do modernismo brasileiro”, Pasini lança algumas hipóteses sobre o desenvolvimento do pensamento do crítico a partir de sua relação com o modernismo, particularmente com a obra de Mário de Andrade.

Se as vanguardas das décadas de 1960 e 1970 tomaram como referência modernista a experimentação oswaldiana, o grupo intelectual paulistano de *Clima* teve como referência as posições de Mário de Andrade; particularmente suas posições quanto às coisas brasileiras. Assim, segundo acompanhamos, a relação com o modernismo passava a programa intelectual da crítica como um ângulo arejado a partir

do qual se poderia olhar para o país. Interpretando um pouco o argumento, parte daqueles críticos realizaria, a seu modo e sob a ótica universitária, o “desrecale localista” de que fala o próprio Antonio Candido.

Não à toa, Leandro Pasini vincula a perspectiva crítica que está no último Mário de Andrade, sobretudo na célebre palestra sobre “O Movimento Modernista” (1942), ao ensaio seminal de Candido sobre o modernismo brasileiro, “Literatura e Cultura de 1900 a 1945”. Argumentando a favor de sua hipótese, o autor lembra do paralelo feito por Mário entre romantismo e modernismo, que será retomado por Candido, em que se articulam os dois momentos como ocasiões em que a abertura à experimentação no plano formal esteve vinculada à perspectiva de crítica e compreensão dos problemas importantes do Brasil. Ainda na ordem dos paralelos, não se trata apenas de verificar mais uma vez a presença de Mário de Andrade nos desdobramentos intelectuais de Antonio Candido, mas também de identificar na ensaística do autor de *Formação da Literatura Brasileira* uma assimilação, ainda que discreta, dos procedimentos artísticos do próprio modernismo.

Dito isso, a força do ensaio reside na maneira como, para o autor, Candido elabora e assume como ponto de vista uma teoria literária modernista. Ou melhor: como a obra do crítico realiza a passagem do modernismo enquanto conjunto de obras à teoria literária, com princípios renovados para compreender não só as próprias obras do movimento, mas como forma original de ler a literatura brasileira. Assim, na *Formação da Literatura Brasileira*, aparecem como pressupostos dos autores empenhados em construir uma literatura nacional princípios que poderiam descrever o movimento dos anos 1920, sem, contudo, indicar uma torção da produção arcádica ou da literatura romântica. Antes, trata-se de notar como o movimento modernista e a interpretação que Candido realiza permitem dar vida renovada à análise literária de outros momentos.

A partir desses princípios e retomando as leituras que Roberto Schwarz faz em *Seqüências brasileiras*, Pasini chega à formulação da *formação como forma*, na contramão das leituras que tendem a ver a obra de Candido como homogeneizante, essencializadora ou redutora, fazendo com que a formação possa, “desnacionalizada”, “[...] iluminar retrospectivamente tanto o próprio modernismo brasileiro quanto o modo como os modernismos internacionais se relacionam.” (p. 241). A originalidade da argumentação de Leandro Pasini está em aproveitar os sentidos da formação para o âmbito dos grupos – modernistas, é claro –, o que une o início ao final do livro. Isso porque, segundo o autor, “[...] a ideia de grupo é mais concreta do que a de nação e

permite uma série de articulações nacionais e internacionais com dinamismo próprio.” (p. 164).

O ensaio sobre Antonio Candido carrega ainda outras sugestões interessantes sobre a obra do crítico, mas, como convém à resenha dar uma noção mais geral da configuração de seu objeto, vale notar que é com os critérios armados por esses dois ensaios comentados que o autor lê um conjunto de obras e autores ao longo do livro. Assim, é a partir do aproveitamento de arquivo (que propõe não se limitar ao objeto livro), enunciado pelo primeiro ensaio, que acompanhamos a análise do livro coletivo e manuscrito da *garçoniere* de Oswald de Andrade, bem como a leitura de poemas do modernismo pernambucano (no qual se inclui a obra de Bandeira). É também a lógica de grupos do primeiro e do último texto que permite a visada sobre os modernistas de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro.

De toda maneira, o conjunto não aparece como a aplicação de conceitos desenvolvidos nesses ensaios, mas como uma tentativa de dar vida aos textos modernistas a partir de perspectivas elaboradas no tempo do autor, sem abrir mão da tradição de que faz parte. Nesse sentido, a ideia de que Antonio Candido é o ponto de fuga do livro talvez soe um pouco menos inocente.

Data de submissão: 10/06/2022

Data de aprovação: 03/08/2022